UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Ciência Política - IPOL
Governança de Políticas Públicas
Créditos: 04
Período: I semestre de 2023
Professor: Paulo Calmon e Suely Araújo

O objetivo dessa disciplina é proporcionar ao aluno uma introdução ao debate contemporâneo sobre governança de políticas públicas. Com esse intuito, o curso irá analisar diferentes abordagens conceituais e empíricas sobre o tema. Além disso, algumas aulas serão dedicadas para a análise de casos específicos envolvendo aspectos relacionados à governança de políticas públicas no Brasil e em outros países.

As aulas se realizarão presencialmente, toda segunda-feira, entre 8h15 e 12h.

A avaliação do curso será baseada em uma média ponderada de três componentes: (i) duas provas (20% cada); (ii) seminário e participação nas aulas (20%); (iii) artigo acadêmico (40%).

Não haverá provas de reposição.

O artigo acadêmico deverá ser elaborado por grupos de, no máximo, 3 alunos e deverá versar sobre um dos tópicos analisados em sala de aula. O texto deverá ser original e formatado como um artigo da *Revista Brasileira de Ciência Política*, disponível no SCIELO.

É importante enfatizar que esse curso é voltado exclusivamente para os alunos que pretendem trabalhar em nível de dissertação, tese ou pesquisa sobre temas relacionados à governança de políticas públicas.

Como a maior parte da bibliografia a ser utilizada estará disponível apenas em língua inglesa, é importante que o aluno seja capaz de ler e compreender textos acadêmicos nesse idioma. Alguns textos serão disponibilizados pelo professor, no entanto o aluno deverá estar pronto para buscar formas de acessar a bibliografia pertinente.

As aulas se realizarão presencialmente, toda segunda-feira, entre 8h15 e 12h e serão complementadas mediante uso de outros recursos tecnológicos (Google Sala de Aula, Google Drive , etc). Material adicional do curso será compartilhado através de arquivos disponíveis no Google Drive.

Para acessar o espaço da disciplina no Google Sala de Aula o aluno deverá se inscrever no site https://classroom.google.com/ e inserir o código específico da sala virtual da disciplina. Esse código será fornecido pelo professor no início do curso. Para conhecer mais sobre a plataforma Google Sala de Aula os alunos deverão acessar os vídeos tutoriais disponíveis no YOUTUBE com instruções sobre como utilizar a plataforma.

Segue abaixo um cronograma preliminar das aulas e a bibliografia sugerida. Esse

cronograma e a bibliografia poderão passar por alguns ajustes ao longo do curso.

Cabe notar que há um conjunto de aulas voltadas para aspectos conceituais da governança e outro voltado para "estudos de caso". A lista de "estudos de caso" poderá ser ajustada ao longo do curso em função do perfil e interesses da turma.

CRONOGRAMA PRELIMINAR DAS AULAS

Dia	Sessão	Tema dos Seminários	Grupos Indicados
03/04	1	Apresentação do curso e discussão inicial	----
10/04	2	Introdução ao conceito de governança – Parte 1	
17/04	3	Introdução ao conceito de governança – Parte 2	
24/04	4	Teorias sobre governança – A abordagem neoinstitucionalista	
08/05	5	Teorias sobre governança – Redes de políticas públicas	
15/05	6	Teorias sobre governança – As abordagens alternativas	
22/05	7	Estudo de Caso 1 - Governança orçamentária	
29/05	8	Estudo de Caso 2- Governança multinível – O federalismo e o federalismo brasileiro	
05/06	9	Estudo de Caso 3– Governança em saúde no Brasil e em outros países	
12/06	10	Estudo de Caso 4– Respostas à pandemia no Brasil e em outros países	
19/06	11	Estudo de Caso 5 – A política de saneamento básico no Brasil e a cooperação federativa	
26/06	12	Estudo de Caso 6 – Os acordos do clima	
03/07	13	Estudo de Caso 7– Governança do clima no Brasil	

Dia	Sessão	Tema dos Seminários	Grupos Indicados
10/07	14	Estudo de Caso 8– A política de educação no Brasil e a cooperação federativa	
17/07		Apresentação dos Trabalhos	
24/07		Prova Final	

BIBLIOGRAFIA PRELIMINAR

(sujeita a revisão)

Os itens marcados com (*) serão considerados leitura obrigatória

Sessão 2 – Introdução ao conceito de governança – Parte 1

PIERRE, Jon e Peters, B. Guy. *Governance, Politics and the State.* 2nd Edition. Red Globe Press, 2020. Cap. 1-4 (*).

PETERS, B. Guy, et al. Bringing Political Science Back into Public Administration Research. *Governance: An International Journal of Policy, Administration and Institutions*. V.35, p. 961-982 2022.

KETTL, Donald. *The Transformation of Governance*. Baltimore, John Hopkins University Press, 2015 (Updated Version).

Sessão 3 – Introdução ao conceito de governança – Parte 2

PIERRE, Jones e Peters, B. Guy. *Governance, Politics and the State.* 2nd Edition. Red Globe Press, 2020. Cap. 5-9 (*).

PIERRE, Jones e Peters, B. Guy. C*omparative Governance: Rediscovering the Functional Dimension of Governing.* Cambridge University Press, 2016.

Sessão 4 – Teorias sobre governança – A abordagem neoinstitucionalista

ANDERIES, John M. e Janssen, Marco A*. Sustaining the Commons*. Temple: Center for Behavior, Institutions and the Environment, Arizona State University, 2016. Disponível gratuitamente no site https://sustainingthecommons.org/ (*)

OSTROM, Elinor. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge, UK and New York, NY: Cambridge University Press, 1990. Caps 1 e 2.

ARARAL, Eduardo and Mulya Amri. Institutions and the Policy Process 2.0: Implications of the IAD Framework. In: Peters, B. Guy e Phillipe Zittoun. *Contemporary Approaches to Public Policy: Theories, Controversies and Perspectives*. London: Palgrave MacMillan, 2016. p. 73-94

CAPELARI, Mauro Guilherme Maidana; Calmon, P. C. P.; Araújo O, Suely M. V. G. Vincent and Elinor Ostrom: Two confluent trajectories for the governance of common property resources. *Ambiente e Sociedade*, v. 20, p. 203-222, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/asoc/v20n1/1809-4422-asoc-20-01-00203.pdf.

Sessão 5 – Teorias sobre governança – governança de redes de políticas públicas

KIJM Erik e Joop Koppenjan. *Governance Networks in the Public Sector*. Abingdon, Routledge, 2016 Parte 1 (*)

CALMON, Paulo e Arthur Maranhão. Redes de Políticas Públicas. *RP3 – Revista de Pesquisa em Políticas Públicas*, Julho de 2013, p. 1-29

BERARDO, Ramiro e Mark Lubell. Understanding What Shapes a Polycentric Governance System. *Public Administration Review*, Vol. 76, Issue 5, pp.738-751, 2013

AGRANOFF, Robert. *Collaborating to Manage: a Primer for the Public Sector*. Washington: Georgetown University Press, 2012

Sessão 6 – Teorias sobre governança – abordagens alternativas

BEVIR Mark, Governança democrática: uma genealogia. *Revista de Sociologia e Política*, 2011. Disponível em: http://www.redalyc.org/html/238/23819495008/. (*)

GRINDLE Marelee. S. Good Governance, RIP: A Critique and an Alternative . Governance: An International Journal of Policy, Administration and Institutions, v. 30, n. 1, p. 17-22, 2017.

BEVIR, Mark, *Governance: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

Sessão 7– Estudo de Caso 1 – Governança orçamentária

COUTO, Leandro e Julia Rodrigues. *Governança orçamentária*. Brasília: IPEA e CEPAL, 2022. Vários artigos (*). (vários artigos)

SANTISO, Carlos. Why budget accountability fails? The elusive links between parliaments and audit agencies in the oversight of the budget. *Brazilian Journal of Political Economy*. V.35, N.3. Jul-Set 2015.

Sessão 8 – Estudo de Caso 2 - Governança multinível: O federalismo e o federalismo brasileiro

MONTEIRO NETO, Aristides M. (Org.) Governos estaduais no federalismo brasileiro: capacidades e

limitações governativas em debate. Brasília: Ipea, nov. 2014. Cap. 1 e 9. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_governos_estaduais.pdf. (*)

ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no país: problemas de coordenação e autonomia. *São Paulo em Perspectiva*, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a03v18n2.pdf.

ARRETCHE, Marta. Quem taxa e quem gasta: a barganha federativa na federação brasileira. *Rev. Sociol. Polit.,* Curitiba, n. 24, p. 69-85, jun. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000100006&lng=pt&nrm=iso.

ARAÚJO, Suely M. V. G.; FERNANDES, Antonio Sergio A.; COÊLHO, Denilson B. Does Metropolitan Area Management Matter in Brazil? *DISP*, v. 52, p. 17-25, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/303905061_Does_Metropolitan_Area_Management_Matter_in_Brazil_Elements_of_a_Complex_Issue.

ENDERLEIN Henrik, Sonja Walti e Michael Zürn. *Handbook of Multi-Level Governance. Northampton,* EUA, 2010. Parte 1.

Sessão 9 – Estudo de Caso 3 – Governança em saúde no Brasil e em outros países

IMMERGUT, Ellen M. *Health Politics Interests and Institutions in Western Europe*. Cambridge University Press, 1992. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/40933789_Health_Politics_Interests_and_Institutions_in_Western_Europe#fullTextFileContent. (*)

NOGUEIRA, Paulo R. A progressão do caráter federativo das relações institucionais no SUS. In: LINHARES, Paulo de Tarso F.; MENDES, Constantino C.; LASSANCE, Antonio. (Org.). *Federalismo à brasileira: questões para discussão*. Brasília: Ipea, 2012. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3082/1/Livro_Federalismo%20%C3%A0%20brasileira%20quest%C3%B5es%20para%20discuss%C3%A3o.pdf (*)

OLIVER, Thomas R. The Politics of Public Health Policy. *Ann. Rev. Public Health*, v. 27, p. 195-233, 2006. Disponível em: https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.publhealth.25.101802.123126.

PAIM, Jairnilson S. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro , v. 23, n. 6, p. 1723-1728, jun. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232018000601723&script=sci_arttext.

SILVA, João Felipe M. *et al*. A ação coletiva e a cooperação no Sistema Único de Saúde. *Physis*, v. 30, n. 3, nov. 2020. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/physis/2020.v30n3/e300329/pt/.

FLEURY, Sonia e DUVERGER, Assis. *Gestão de redes: a estratégia de regionalização da política de saúde*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

Sessão 10 – Estudo de Caso 4 – Respostas à pandemia no Brasil e em outros países

FLEURY, Sônia; OUVERNEY, Assis M. Federalismo de confrontação: tensões, inovações e limites da estratégia de enfrentamento à pandemia de covid-19 no Brasil. *XI Congresso Latino-Americano de Ciência Política (ALACIP)*, jul. 2022. Disponível em: https://informe.ensp.fiocruz.br/assets/anexos/d039145006d3f62ed5d0ccdde4be17f8.PDF (*).

PIETERSE, Jan at al (eds). *Covid-19 and Governance: Crisis Reveals*. New York: Routledge, 2021.

GOSTIN, Lawrence O. Reimagining Global Health Governance in the Age of COVID-19. *American Journal of Public Health*, nov. 2020. Disponível em: https://ajph.aphapublications.org/doi/full/10.2105/AJPH.2020.305933. (*)

ABRUCIO, Fernando L. *et al*. Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 4, p. 633-677, jul./ago. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122020000400663&script=sci_arttext&tlng=pt.

ALVARENGA, Alexandre A. *et al*. Desafios do Estado brasileiro diante da pandemia de COVID-19: o caso da paradiplomacia maranhense. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 11, jan. 2021. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n12/e00155720/.

FREITAS, Carlos M. *et al*. COVID-19 AS A GLOBAL DISASTER: Challenges to risk governance and social vulnerability in Brazil. *Ambient. soc.*, São Paulo, v. 23, e0115, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2020000100906&script=sci_abstract&tlng=pt.

LADI, Stella; TSAROUHAS, Dimitris. EU economic governance and Covid-19: policy learning and windows of opportunity. *Journal of European Integration*, v. 42, 2020. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/07036337.2020.1852231.

DUTTA, Anwesha; FISHER, Harry W. The local governance of COVID-19: Disease prevention and social security in rural India. *World Development*, v. 138, fev. 2021. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X20303612.

Seção 11 – Estudo de Caso 5 – A política de saneamento básico no Brasil e a cooperação federativa

PAGANINI, W. S.; BOCCHIGLIERI, M. M. O Novo Marco Legal do Saneamento: universalização e saúde pública. *Revista USP*, 1(128), p. 45-60, 2021. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i128p45-60 (*).

ROCHA, Luiz Alberto J. S. C. *et al*. O *spending power* na nova Lei do Saneamento Básico e suas implicações no pacto federativo. *Revista de Direito Brasileira*, v. 32, n. 12, 2022. Disponível em: https://indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/7304 (*).

NADALIN, Vanessa G.; LIMA NETO, Vicente C; KRAUSE, Cleandro. O Saneamento Básico como questão metropolitana: há cooperação? In: FURTADO, Bernardo A.; KRAUSE, Cleandro; FRANÇA, Karla C. B. (Ed.). *Território metropolitano, políticas municipais: por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano*. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19461.

Sessão 12 – Estudo de Caso 6 – Os acordos do clima

FRANCHINI, M.; VIOLA, E.; BARROS-PLATIAU, A. F. The challenges of the anthropocene: from international environmental politics to global governance. *Ambiente e Sociedade*, v. 20, n. 3, p. 177-202, Set. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2017000300177 (*).

DORSCH, Marcel J.; FLACHSLAND, Christian. A Polycentric Approach to Global Climate Governance. *Global Environmental Politics*, v. 17, n. 2, p. 45-64, mai. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/315699734_A_Polycentric_Approach_to_Global_Climate_Governance (*).

STEVENSON, Hayley. Reforming global climate governance in an age of bullshit. *Globalizations*, v. 18, 2021. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14747731.2020.1774315?scroll=top&needAccess=true. (*)

VIOLA, E.; NEVES, L. P. (Org.) *The World After the Paris Climate Agreement of December 2015* - CEBRI Dossiê Special Edition, v. 1, 2016. Rio de Janeiro: CEBRI, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/303909900_The_Brazilian_Intended_National_Determined_Contribution_INDC_and_energy_policy.

BÄCKSTRAND, Karin *et al*. Non-state actors in global climate governance: from Copenhagen to Paris and beyond. *Environmental Politics*, v. 26, 2017. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09644016.2017.1327485.

MUIDERMAN, Karlijn *et al*. Four approaches to anticipatory climate governance: Different conceptions of the future and implications for the present. *WIREs Climate Change*, v. 11, n. 6, nov./dez. 2020. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/wcc.673.

ÂNGELO, Cláudio. *A espiral da morte: Como a humanidade alterou a máquina do clima*. Companhia das Letras, 2016.

Sessão 13 – Estudo de Caso 7 – Governança do clima no Brasil

INSTITUTO TALANOA (Org.). A Política Nacional de Mudança do Clima em 2020: Estado das metas, mercados e governança assumidos na Lei 12.187/2009. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://c5509108-4fe8-4859-ab1f-1bd83e6e46a3.filesusr.com/ugd/098c59_9fd52f0a4faf4b19b209df53bb560129.pdf (*).

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DO SENADO FEDERAL. Avaliação da Política Nacional sobre Mudança do Clima. Senado Federal, dez. 2019. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:IZns93VJ60MJ:https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/be24ff00-0608-4f8b-9d57-804c33097882&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br.

ARAÚJO, Suely M. V. G.; LEITE, H. P. S. The Brazilian Intended National Determined Contribution (INDC) and energy policy. *The World After the Paris Climate Agreement of December 2015* - CEBRI Dossiê Special Edition. Rio de Janeiro: CEBRI, 2016, p. 33-50. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/303909900_The_Brazilian_Intended_National_Determined_Contribution_INDC_and_energy_policy.

MACEDO, Laura Silvia V.; JACOBI, Pedro R. Governança climática no Brasil: a integração de metas globais na agenda municipal. In: SINISGALLI, Paulo A. A.; JACOBI, Pedro R. (Org.). *A ciência e os temas emergentes em ambiente e sociedade*. São Paulo: IEEUSP/PROCAM-USP, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jordano_Buzati/publication/347935981_Transferencias_condicionadas_de_renda_e_modos_de_vida_no_Vale_do_Ribeira_paulista_o_Programa_Bolsa_Familia_afeta_a_diversidade_de_recursos_naturais_dos_quais_domicilios_rurais_dependem/links/5fe8ab5c92851c13fec62503/Transferencias-condicionadas-de-renda-e-modos-de-vida-no-Vale-do-Ribeira-paulista-o-Programa-Bolsa-Familia-afeta-a-diversidade-de-recursos-naturais-dos-quais-domicilios-rurais-dependem.pdf#page=122.

Seção 14 – Estudo de Caso 8 – A política de educação no Brasil e a cooperação federativa

VIEIRA, A. M. R. S. O novo Fundeb e o Direito à Educação: avanços, retrocessos e impactos normativos. *Revista Brasileira De Estudos Políticos*, v. 125, 2022. https://doi.org/10.9732/2022.V125.890 (*).

PONTES, Pedro Arthur M. M.; LÍCIO, Elaine Cristina. Mapeando o debate sobre o Sistema Nacional de Educação: o que dizem as propostas sobre a criação de uma nova instância de pactuação. *Texto para Discussão nº 2599*. Ipea, 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10266/1/TD_2599.pdf. (*)

SANTOS, A. do N.; CALLEGARI, C. O.; CALLEGARI, A. C. R. Assessment of the redistributive equity of the new FUNDEB model. *Education Policy Analysis Archives*, v. 30, n. 46, 2022. https://doi.org/10.14507/epaa.30.6754. (*)

SANTOS, G. C.; Bastos Mutim, A. L. B. PNE (2014-2024): Rumo a um Sistema Nacional de Educação?. *Revista Científica Fundação Osorio*, v. 4, n. 1, p. 51-62, 2020. Disponível em: http://www.ebrevistas.eb.mil.br/index.php/rcfo/article/view/3360.

MARTINS, Paulo Sena. Planejamento Educacional e Federalismo no Brasil: Negociação federativa e execução das políticas educacionais. In: FERREIRA, Eliza B.; FONSECA, Marília. (Org.). Política e *Planejamento Educacional no Brasil do Século 21*. Brasília: Liberlivro, 2013.

ORIENTAÇÕES SOBRE OS SEMINÁRIOS

Conforme especificado no programa da disciplina, um dos elementos mais importantes de cada aula serão os seminários, que deverão ser conduzidos por grupos de até três alunos.

A formação dos grupos e a definição do cronograma dos seminários deverão ser concluídas até a segunda aula. Informe ao professor caso você tenha alguma dificuldade de se inserir em um grupo.

Uma vez que o cronograma for estabelecido, comunique com antecedência ao professor e aos demais colegas do seu grupo caso surja algum imprevisto que o impeça de participar do seminário do seu grupo.

O objetivo dos seminários é promover a reflexão e o debate sobre textos que constam da bibliografia. Os textos são complexos e o volume de leitura requerido é grande. Consequentemente, se faz necessário criar um espaço de aprendizagem e reflexão coletiva onde as ideias e modelos propostos possam ser revistos e analisados.

O seminário é uma reunião de trabalho que demanda de todos seus participantes a devida preparação. O pressuposto fundamental de cada seminário é que todos seus participantes leram todos os textos requeridos. Em outras palavras, é fundamental que todos os alunos se preparem adequadamente para participar de cada seminário.

O grupo responsável pelo seminário deverá compartilhar sua apresentação com os colegas com a devida antecedência, preferencialmente com mais de 24 horas.

A sugestão para o roteiro da apresentação é formada por cinco itens que deverão ser contemplados adequadamente:

1. **Sobre o tema do seminário** – Qual é o tema desse seminário? Por que ele é importante?
2. **Sobre cada texto** – Descreva as características do texto, incluindo informações sobre a sua publicação, seu(s) autor (es), a linha de pesquisa que se insere e o contexto específico que pautou sua elaboração. Esse texto é considerado importante no campo das políticas públicas? Por quê?
3. **Sobre os objetivos e problemas** – Quais são os objetivos desse texto? Eles estão claramente especificados? O autor define um conjunto de problemas a serem analisados? Que problemas são esses? Caracterize cada um deles. Por que são considerados relevantes? Esses problemas são respondidos? Como? Você avalia que essas respostas são pertinentes? Por quê?
4. **Sobre as principais contribuições do texto** – Quais são as principais contribuições de cada texto? Que conceitos, teorias, modelos, métodos fundamentam essas contribuições? Elas são inéditas ou inovadoras? Elas são apresentadas de forma clara e explícita? Por que são importantes para o campo das políticas públicas? Apresente cada uma dessas contribuições e justifique adequadamente sua escolha.
5. **Sobre a pertinência para o campo das políticas públicas** – Como essas contribuições se relacionam com outras analisadas ao longo do curso? Quais são seus limites e possibilidades? Quais são os pontos positivos e negativos?

O roteiro acima sugerido **não deverá ser considerado como uma prescrição invariável**. Na verdade, trata-se apenas de sugestões alinhadas com as expectativas em relação ao conteúdo dos seminários. Propostas alternativas ou inovadoras serão bem-vindas, mantido sempre o compromisso em criar um ambiente propício para aprendizagem e reflexão.

Cabe ressaltar a importância da participação dos colegas nos seminários. É fundamental garantir que seja dada a eles a oportunidade para manifestarem dúvidas e proporem contribuições para a análise do texto.

Concluindo, cabe insistir que o propósito do seminário é criar um ambiente estruturado, mas amigável, cooperativo e propício para aprendizagem e construção coletiva de conhecimento.